



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MAUÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MAUÁ

Tenho a satisfação de apresentar a Vossa Excelência o Relatório de Gestão da Administração Direta deste Município Consolidado, relativo ao exercício de 2021, acompanhado da presente exposição que visa demonstrar a situação econômico-financeira do Município.

1. DAS METAS ESTABELECIDAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL- LOA, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E NO PLANO PLURIANUAL- PPA.

As metas previstas no PPA 2018/2021 foram realizadas, de acordo com o previsto, sendo que na medida do possível os programas e metas constantes no PPA foram executados, com poucos programas não executados, por alteração no planejamento e necessidade de ajuste de programas e metas para melhor atender a todos.

As metas da LDO foram executadas na medida que houve o ingresso da receita contemplando as demandas elencadas, sendo realizadas conforme a necessidade de atendimento e demanda aos trabalhos proposto, raras ações não obtiveram êxito no exercício de 2021, no tocante as metas da Receita Orçada, destacamos a realização da meta prevista destacando as Receitas Correntes entre elas o Fundo de Participação dos Municípios - FPM e a transferências da cota do Estado relativo ao ICMS.

2. ORÇAMENTO

A Lei de Meios para o exercício de 2021, de nº 1.598 de 2020, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 16.320.000,00 (dezesesseis milhões e trezentos e vinte mil reais) consolidado, e para a entidade Prefeitura ficou fixado em R\$ 14.420.000,00 (quatorze milhões quatrocentos e vinte mil reais) tanto para as receitas como para as despesas.

3. ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Total efetivamente arrecadada foi de R\$ 23.276.384,04, de Receitas Correntes R\$ 21.980.325,38, mais R\$ 900.034,91 de Receitas Intraorçamentárias e mais as Receita de Capital no valor de R\$ 396.023,75. Considerando-se as deduções no valor de R\$ 3.144.254,08, assim obteve-se uma receita líquida de R\$ 20.132.129,96.

O comportamento da receita, no exercício considerado, traduz-se no quadro abaixo:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MAUÁ

TÍTULOS	PREVISTA	ARRECADADA	A ARRECADAR
RECEITAS CORRENTES	17.751.737,20	21.980.325,38	-4.228.588,18
Receita Imposto, Taxas, Contrib.	999.150,00	915.930,53	83.219,47
Receita de Contribuições	485.300,00	577.700,86	-92.400,86
Receita Patrimonial	899.269,20	826.773,16	72.496,04
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	802.500,00	661.002,38	141.497,62
Transferências Correntes	14.507.718,00	18.863.841,71	-4.356.123,71
Outras Receitas Correntes	57.800,00	135.076,74	-77.276,74
RECEITAS DE CAPITAL	163.100,00	396.023,75	-232.923,75
Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	163.100,00	157.167,75	5.932,25
Transf. de Capital	0,00	238.856,00	-238.856,00
RECEITA CORRENTES INTRAORÇAMENTARIA	660.00,00	900.034,91	-240.034,91
Contribuição Patronal p/RPPS	330.000,00	433.650,65	-103.650,65
Amortização do Passivo Atuarial	330.000,00	466.384,26	-136.384,26
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	2.254.837,20	3.144.254,08	889.416,88
TOTAL RECEITA	16.320.000,00	20.132.129,96	-3.812.129,96

4. ANÁLISE DA DESPESA

Da despesa, inicialmente autorizada em R\$ 17.470.000,00, o gasto empenhado foi de R\$ 17.830.255,33, conforme valores distribuídos no quadro abaixo:

TÍTULOS	AUTORIZADA	REALIZADA
DESPESAS CORRENTES	13.658.352,00	14.743.953,19
Pessoal e Encargos Sociais	8.195.820,00	8.358.297,97
Juros e Encargos da Dívida	130.000,00	168.476,96
Outras Despesas Correntes	5.332.532,00	6.217.178,26
DESPESAS DE CAPITAL	551.200,00	2.045.813,68
Investimentos	224.100,00	1.623.032,55
Inversões Financeiras	127.100,00	206.234,00
Amortização da Dívida	200.000,00	216.547,13
Despesas Intra- Orçamentária	869.500,00	905.382,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.240.948,00	0,00
TOTAL	16.320.000,00	16.789.766,87



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MAUÁ

O Município apresentou, dessa forma, um superavit orçamentário de R\$ 3.342.363,00.

5. DEMONSTRAÇÃO DA APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE E FUNDEB

Os recursos do MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério, foram repassados dentro dos prazos, disponibilizando assim os valores para aplicação na área da Educação, não atingindo o limite mínimo exigido de 25% conforme determina Constituição Federal.

A arrecadação proveniente de Impostos, Transferências e Dívida Ativa Tributária, registrou um ingresso de R\$ **15.870.394,93**, deste o percentual mínimo de 25%, corresponde a um gasto de R\$ 3.967.598,73, sendo que o Município efetivou o total de despesa de R\$ 2.210.644,32 entre o MDE e o FUNDEB, acrescido da diferença da Receita com a Dedutora do Fundeb de R\$ 1.204.406,88.

O Município investiu efetivamente, no exercício financeiro de 2021, o montante de R\$ **3.415.051,12**, que representa 21,52% das receitas vinculadas a MDE e FUNDEB, não atendendo ao artigo 212 da Constituição Federal.

O Município cumpriu, ainda, o disposto no art. 60, XII do ADCT, referente a aplicação de uma parcela não inferior a 70 % dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação, em efetivo exercício de suas atividades na educação básica pública, totalizando o percentual de 71,49%, atendendo o dispositivo legal supra citado.

Ressaltamos que os gastos com Educação, ficaram abaixo do índice constitucional, todavia não faltou investimento e recursos para custeio para atender de forma continua e de qualidade toda a rede de ensino, enfatizamos que foram despendidos todos os recursos necessários para andamento das ações em educação, porem ainda estávamos em um período onde não houve aulas presenciais em virtude do COVID19, assim sendo retraída algumas despesas de manutenção, também tivemos em decorrência de sanções a não reposição salarial que também contribui para o não atingimento do percentual mínimo. Quanto aos gastos com investimentos, os mesmos foram realizados conforme a necessidade e cronograma estabelecido pela Secretaria.

Com efeito, durante a gestão 2021 a atuação deste ente político-administrativo na área da Educação foi direcionada no sentido de aprimoramento dos serviços públicos, transparência e responsabilidade, tudo visando alcançar, permanentemente, à promoção, o acesso à de educação de qualidade e à prestação de serviços à comunidade escolar e aos indivíduos que a compõe, bem como dar efetividade e cumprimento aos ditames da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Constituição do Estado Rio Grande do Sul, da Lei Orgânica do Município de Porto Mauá e demais diplomas legais de regência, e, por corolário, da mesma maneira, em consonância, dentre outros, com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, legitimidade, participação, razoabilidade, economicidade, motivação e probidade administrativa, a fim de garantir o melhor uso do recurso público.

Outrossim o municípios enfrenta algumas dificuldades, quando encontra imposições estabelecidas pela Lei Complementar 173/2020, que geram divergências entre os órgãos fiscalizadores e julgadores. Assim, levando aos gestores uma certa insegurança jurídica.

6. DEMONSTRAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA SAÚDE:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MAUÁ

Os investimentos na área da saúde demandam grandes somas, visto que o Município não possui órgão hospitalar, necessitando deslocar seus pacientes a outros centros, além de manter infra-estrutura básica de atendimento emergencial e acompanhamento nas ações de saúde preventiva e curativa.

O Município tem instituído vários programas, como ESF, PACS, Vigilância em Saúde, Farmácia Básica e outros que asseguram um bom atendimento à comunidade, no tocante à saúde pública.

A arrecadação proveniente de Impostos, Transferências e Dívida Ativa Tributária, registrou um ingresso de R\$ 15.819.570,85.

Para fins de cálculo do percentual a ser aplicado em ações de Saúde, conforme a Emenda Constitucional nº 29/2000, são considerados os valores empenhados e liquidados no recurso vinculado 0040 – ASPS, que contempla dotações para pagamento com recursos próprios, desconsiderando, assim, valores empenhados em outras vinculações de recursos transferidos pelas esferas federal e estadual.

Tendo o Município despendido, no exercício financeiro de 2021, o montante de R\$ 2.503.302,76 foram aplicados 15,82 % em ações e serviços de saúde.

7. DESPESAS COM PESSOAL E LIMITES DA LRF

A despesa total com pessoal do poder executivo, no exercício de 2021, foi de R\$ 7.157.797,95, representando 40,60% da Receita Corrente Líquida, cujo valor é de R\$ 17.630.570,15. O município ficou, assim, dentro dos limites estabelecidos na lei, ou seja, abaixo dos limites prudencial de 51,30% e legal de 54%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na aplicação dos recursos arrecadados, o Município atendeu a legislação vigente, sempre observando as peculiaridades de um município de pequeno porte, conforme a realidade econômica local, além do desenvolvimento de atividades indispensáveis para o bom desempenho de todos os serviços públicos e nas atividades do próprio ente Municipal, realizando ainda alguns investimentos necessários a área social e ao setor econômico do Município.

Foram ressaltados, neste relatório, os principais aspectos da gestão financeira e econômica do exercício de 2021, ressaltando que não foi atendido o percentual mínimo na área da Educação, na área da Saúde e a despesa com pessoal ficou dentro dos limites estabelecidos na lei, todavia, esclareço que a base de cálculo é diferente entre ambos, haja visto a aplicação da Instrução Normativa TCE 007/2019, onde foi acrescida a antecipação da receita do ICMS 2021.

Com relação a Disponibilidade Financeira, conforme relatório contábeis, balanço orçamentário e financeiro, ao final desta gestão ficou Inscrito em restos a Pagar Processados e Não Processados o montante de R\$ 1.584.916,60, todavia, o saldo em caixa no dia 31 de

1



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MAUÁ

dezembro de 2021, somava o montante de R\$ 6.844.708,30, com isso gerando um Superavit de R\$ 5.259.791,17, quanto ao recurso do RPPS totaliza liquido o valor de R\$ 14.738.049,99

Porto Mauá, RS, 17 de março de 2022.



LEOCIR WEISS
Prefeito Municipal